

Imposto e indústria derrubam PIB

Economistas prevêem aquecimento só no fim do ano e alta de 2% para a economia em 2002

Rio e Brasília – O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que uma redução de 6,44% no recolhimento de impostos sobre produtos determinou a queda de 0,73% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre. Não fosse isso, o desempenho do PIB teria zerado, sem queda ou crescimento, explicou o chefe do Departamento de Contas Nacionais, Eduardo Nunes.

Isso aconteceu porque a indústria, carro-chefe da economia, encolheu 3,91%, reduzindo a principal base para a incidência desses impostos. Não há contradição com os recentes recordes de arrecadação da Receita Federal, porque o Leão tem sido bem-sucedido graças ao imposto de renda e a um acordo com fundos de pensão para pagamento de tributos atrasados. O PIB é resultado daquilo que os diversos setores – indústria, serviços e agropecuária – agregaram à economia mais os impostos.

Por conta da desaceleração, o país voltou a apresentar uma capacidade menor de gerar serviços e bens. No

primeiro trimestre do ano, caiu e foi o menor patamar em dois anos (veja gráfico, com o comportamento das taxas acumuladas em quatro trimestres). Num ano hipotético terminado em março, o Brasil teria crescido apenas 0,29%. Desde 1993, vê-se o comportamento altamente instável da economia. “Às vezes um crescimento esporádico de 8% não tem o mesmo efeito de um crescimento sustentado de 3%”, comenta

o economista Roberto Olinto, chefe do Departamento de Contas Trimestrais do IBGE.

Entre os diversos setores industriais do país, apenas o extrativo mineral (dominado por extração de petróleo e gás) cresceu (7,97%). Na construção civil, a retração de 8,9% foi a segunda pior de todas as áreas pesquisadas pelo IBGE. Só perdeu para o item ‘serviços industriais de utilidade pública’, que reflete o consumo de energia elétrica, ainda contido pelo racionamento em dois dos três meses analisados.

As duas quedas consecutivas do PIB revelam um quadro de desaceleração profunda da economia, mas que

não chega a ser uma recessão, segundo especialistas. Alguns autores defendem a tese de que duas retrações trimestrais seguidas caracterizam recessão. Para outros, é preciso ter três. Mas todos usam a comparação com o período imediatamente anterior, o que não aconteceu com o Brasil, explica Paulo Levy, do Ipea. O instituto prevê um crescimento de 2% do PIB para este ano,

mesmo número usado pelo BBV Banco e pela CNI.

“Estamos num momento de interrogação, se a queda vai continuar ou se este é o último trimestre de retração”, afirma Nunes, do IBGE. Segundo o instituto, o PIB cresceu 1,34% no primeiro trimestre do ano em relação ao último de 2001. Esse cálculo usa estimativas que ainda serão revistas.

O mês de abril não traz

muito alento. A concessão de crédito, que reflete o ritmo da economia, praticamente estabilizou. Tanto as empresas como as pessoas físicas pegaram menos empréstimos, segundo o Banco Central. No caso das empresas, o volume cresceu apenas 0,7%. “O aquecimento deverá vir entre o terceiro e o quarto trimestre do ano”, disse o economista Fernando Barbosa, do BBV.

Economia está em queda, mas quadro não é de recessão

